

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 14

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS determina que servidores voltem ao trabalho presencial em todo o país..... 3

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

13º do INSS: veja quem recebe 2ª parcela nesta segunda-feira..... 4

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja como funciona o consignado para beneficiários do BPC (Previdência).....5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Compra de ações da Eletrobras vai até quarta; veja o passo a passo..... 6

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Vale a pena fazer reserva das ações da privatização da Eletrobrás com recursos do FGTS? -
ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO
..... 8

O POPULAR - GO - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O alto preço da carga tributária (Artigo).....9

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após novo fracasso, reforma tributária ficará pelo caminho..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários propõem unificação de data de pagamento de tributos - MERCADO S/A.....12

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo avalia PEC para compensar Estados..... 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Mudança no ICMS deve ser votada até quarta-feira.....14

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H ECONOMIA
ECONOMIA

Entrada na ocde pode aumentar pib brasileiro, diz ipea..... 15

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

Inflação de 2 dígitos é um alerta.....16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Superávit não autoriza loucuras (Editorial).....17

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado de crédito privado volta à cena revigorado.....18

Segunda-Feira, 6 de Junho de 2022

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A 'robustez' da economia e o trabalho - DESVENDANDO A ECONOMIA..... 19

INSS determina que servidores voltem ao trabalho presencial em todo o país

Por g1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) publicou portaria no Diário Oficial da União desta segunda-feira (6) na qual determina o retorno ao trabalho presencial dos servidores, empregados públicos, contratados temporários e estagiários da autarquia que estão em trabalho remoto em virtude do enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

Apesar da volta ao trabalho presencial, eles deverão se atentar às regras de proteção individual obrigatória, isolamento, quarentena e outras condições de funcionamento estabelecidas pelos estados, Distrito Federal e municípios.

De acordo com a portaria, fica dispensado o uso de máscara de proteção facial nas unidades do **INSS**, salvo quando a legislação local indicar expressamente a obrigatoriedade do uso.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/06/inss-determina-que-servidores-voltem-ao-trabalho-presencial-em-todo-o-pais.ghtml>

13º do INSS: veja quem recebe 2ª parcela nesta segunda-feira

Por Renata Baptista, g1

O valor da segunda parcela corresponde à metade do valor do benefício mensal. Porém, com descontos do Imposto de Renda para os trabalhadores que têm que pagar o tributo. - Foto: José Cruz/Agência Brasil

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) paga, nesta segunda-feira (6), a segunda parcela do 13º salário para novos grupos de aposentados e pensionistas.

Veja quem recebe:

beneficiários que recebem acima de 1 salário mínimo, com Número de Identificação Social (NIS) com final 4 e 9 beneficiários que recebem 1 salário mínimo e possuem o NIS com final 9

Os pagamentos seguem até esta terça-feira (7). Confira abaixo os calendários de pagamento:

13º do **INSS** - 1 salário mínimo - Foto: Economia g1

13º do **INSS** - para quem recebe acima de 1 salário mínimo - Foto: Economia g1

De acordo com o órgão, mais de 31 milhões de segurados receberam a primeira parcela.

Antecipação do 13º

O decreto com a antecipação do benefício foi assinado em março. Este é o 3º ano seguido em que os segurados do **INSS** recebem o 13º antes das datas tradicionais, em agosto e dezembro.

O valor da segunda parcela corresponde à metade do valor do benefício mensal. Desta parcela, no entanto, será descontado o Imposto de Renda para os trabalhadores que têm que pagar o tributo.

Confira abaixo os calendários de pagamento dos benefícios. Eles levam em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Quem recebe

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com

direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

LEIA TAMBÉM:

Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087
Veja calendário de benefícios
Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar os benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para download para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/06/13o-do-inss-veja-quem-recebe-2a-parcela-nesta-segunda-feira.ghtml>

Veja como funciona o consignado para beneficiários do BPC (Previdência)

Rebecca Vettore

Bancos já começam a oferecer crédito consignado para beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada). A oferta desse tipo de crédito foi permitida após a publicação da MP (Medida Provisória) 1.106, em 18 de março de 2022. A medida ampliou de 35% para 40% a margem de crédito consignado para segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e, pela primeira vez, disponibilizou essa mesma modalidade de crédito para beneficiários de programas sociais como o BPC.

Segundo o **INSS**, mais de 4,7 milhões de pessoas recebem o BPC no país. O benefício, de um salário mínimo (R\$ 1.212), é pago ao idoso com 65 anos ou mais ou à pessoa com deficiência, de qualquer idade. Também é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que um quarto do salário mínimo (R\$ 303 em 2022).

A MP foi responsável pela alteração das leis 10.820, de 2003, que regulamenta o empréstimo consignado, e 13.846, de 2019, que trata dos benefícios da **Previdência Social**.

Segundo informou o **INSS**, a regulamentação do consignado para quem recebe o BPC foi publicada, mas a modalidade está disponível apenas em alguns bancos.

Especialistas recomendam cautela ao contratar crédito, especialmente se for para emprestar o nome a parentes ou para comprar bens não essenciais.

Instituições como Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Banco Agi começaram a oferecer esse tipo de crédito consignado com pagamento em até sete anos (84 parcelas). Confira as informações sobre o funcionamento nesses bancos.

Itaú

Bradesco

Banco do Brasil

Banco Agi

Outros bancos

O Bradesco não forneceu detalhes sobre a modalidade. O Nubank informou que atualmente não oferece o serviço de empréstimo consignado, apenas o empréstimo pessoal. BV Financeira, Banco BMG e Santander não oferecem esse tipo de produto.?

Colaborou Felipe Nunes

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/veja-como-funciona-o-consignado-para-beneficiarios-do-bpc.shtml>

Compra de ações da Eletrobras vai até quarta; veja o passo a passo

Luana Patriolino

Os trabalhadores interessados em comprar ações da Eletrobras têm até a próxima quarta-feira para usar o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e reservar os papéis. A medida faz parte do processo de privatização da empresa.

Os investidores podem ofertar o valor mínimo de R\$ 200. O máximo pode chegar a 50% em contas ativas e inativas do FGTS. A compra se dará pelo Fundo Mútuo de Privatização (FMP). O dispositivo foi criado nos anos 2000 e foi usado pelo governo na venda de ações de outras estatais, como Vale e Petrobras.

Para a reserva de aplicação, é preciso acessar o aplicativo do FGTS ou da Caixa. Os trabalhadores que aplicarem 50% do benefício, terão levados em conta todos os investimentos FMP. Ou seja, se o investidor tem parte de seu benefício ainda voltado em ações da Petrobras e da Vale, esse valor deve ser deduzido para saber quanto poderá ser destinado aos fundos da Eletrobras.

A limitação de 50% do saldo total da conta vinculada deverá ser observada a cada aplicação, tendo como base o saldo da mesma, e consideradas as utilizações anteriores no FMP-FGTS, diz o **comunicado** da Caixa.

Os interessados ainda devem procurar uma administradora responsável para realizar a operação. As instituições deverão oferecer: consulta ao saldo do trabalhador disponível para aplicação em FMP; registro da Solicitação do Trabalhador de Aplicação FMP; registro de Regularização de Operação; e informações de Bloqueio de Valores das Contas Vinculadas.

A privatização da Eletrobras foi aprovada em maio pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Além da estatal de energia, a equipe econômica do governo também tem planos de desestatizar os Correios neste ano.

Futuro

Apesar de ser uma alternativa para os trabalhadores que buscam melhorar os lucros, não há garantia de que os fundos de privatização possam render

futuramente. O economista Vinicius do Carmo dá dicas para os que querem investir nas ações da estatal.

O FGTS é rendimento negativo. Então, sacar o que já foi descontado do seu salário é sempre atrativo. O que as pessoas têm que pensar é, primeiro, a proporção que desejam fazer na operação. Não dá para aportar mais de uma vez, é uma orientação única, dada a ordem, explicou.

Carmo explica que o investidor também deve ter paciência, após a aplicação. É possível que nos primeiros anos a Eletrobras sofra de alguma volatilidade, que faça subir e descer o preço. No entanto, a longo prazo, baseado na experiência de operações similares que temos com a Vale e Petrobras, o rendimento do investidor será positivo, destacou.

Passo a passo

Pelo aplicativo da Caixa

» Faça o login e clique em Autorizar bancos a consultarem seu FGTS ;

» Na tela de autorização das informações, clique em Aplicação nos Fundos Mútuos de Privatização FGTS ;

» Para selecionar o Fundo de Privatização, vá em FMP Eletrobras e depois em continuar ;

» Leia o termo de autorização, aperte em li e aceite os termos e condições

» Clique em continuar ;

» Escolha uma das administradoras;

» Selecione a instituição, aperte Sim e verifique a administradora escolhida;

» A autorização estará concluída.

Pelo aplicativo do FGTS

» Faça o login, clique na opção FGTS e **INSS** e depois em FGTS ;

» Aperte em Autorizar Agente Financeiro FGTS ;

- » Selecione a opção Fundos Mútuos de Privatização
- » Clique em Consultar ;
- » É necessário escolher a Caixa Econômica Federal como instituição financeira;
- » Clique em Continuar ;
- » Leia os termos de autorização;
- » Arraste a barra com a declaração de leitura e clique em Continuar ;
- » Digite sua assinatura eletrônica;
- » A autorização será concluída.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/negocios/2022/06/5013197-compra-de-aco-es-vai-ate-quarta.html>

Vale a pena fazer reserva das ações da privatização da Eletrobrás com recursos do FGTS? - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO

ECIO COSTA

Trabalhadores de qualquer setor que tenham recursos no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) poderão utilizar até 50% desse saldo para comprar ações da Eletrobrás até quarta-feira.

Desde sexta-feira (03/06) até quarta-feira (08/06), quem tem saldo do FGTS em contas ativas e/ou inativas pode fazer a reserva para aplicar até 50% do saldo disponível em Fundos Mútuos de Privatização (FMPs) da empresa com R\$ 200,00 de aplicação mínima por CPF.

O uso do FGTS em privatizações ou reduções da participação do Governo em estatais já ocorreu anteriormente em três ocasiões: Petrobras, em 2000; Vale do Rio Doce, 2002; e Petrobras novamente, em 2010. Na Eletrobrás serão R\$ 6 bilhões para o uso do FGTS, rateados pela demanda.

O trabalhador poderá autorizar, pelo aplicativo do FGTS, à instituição que administra o FMP a consulta do saldo e solicitar reserva, e débito, do saldo da sua conta FGTS. Se já tiver aplicações nos FMPs anteriores, será disponibilizado o saldo. A aplicação fica presa por um ano.

Respondendo à pergunta, claro que vale a pena! O FGTS rende somente 3% ao ano. Mesmo quando são distribuídos os lucros do fundo, a rentabilidade sobe muito pouco. Em 2020, com a distribuição do lucro, o rendimento foi de 4,52%. Em 2019, foi de 4,90%. Em 2018, chegou a 6,18%.

Comparando com os processos anteriores da Petrobras e da Vale e olhando o período de 2002 a 2022, certamente vale a pena optar pela reserva. Os investidores que deixaram seus recursos investidos apenas no FGTS tiveram retorno de 136,09% de 2002 a 2022, perdendo para a inflação.

Para o investidor que colocou recursos em FMP simulado da Vale do Rio Doce, uma das opções que

foi oferecida no mercado, teve retorno de 2.235,13%. Para o investidor que colocou recursos no fundo simulado da Petrobras, a outra opção, teve retorno de 649,36% no mesmo período.

Você vai fazer a reserva das ações da Eletrobrás com o saldo do seu FGTS?

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2022/06/vale-a-pena-fazer-reserva-das-acoes-da-privatizacao-da-eletobras-com.html>

O alto preço da carga tributária (Artigo)

Paulo Afonso Ferreira

O Brasil passa por momento de instabilidade econômica, com baixo crescimento, inadimplência, **inflação**, juros e elevada carga tributária, uma das maiores do mundo, correspondente a 33,90% do **PIB**.

O consumidor tem seu poder de compra cada vez mais comprimido e todos esses impactos econômicos e sociais influenciam no ambiente dos negócios, inibindo investimentos, crescimento e desenvolvimento.

As empresas pagam muito caro pela **legislação tributária** vigente, com custo administrativo alto, via contratação de contadores, advogados e consultores tributaristas, e sem a expectativa do consumo se expandir. Em alguns segmentos da indústria podemos perceber desaceleração na produção.

E nosso sistema judiciário é também asfixiado, todos os dias, por ações de natureza fiscal. Ou seja, o sistema tributário nacional é penoso para o consumidor, ruim para as empresas e caro para os governos.

A CNI tem atuado com veemência e de forma propositiva junto ao Congresso Nacional e governo, com objetivo de que sejam realizadas mudanças necessárias para aumentar a competitividade das empresas.

O cenário mundial está cada vez mais acirrado, temos perdido empresas para outros países na busca de um ambiente mais favorável para os negócios.

Ao longo dos anos, diante de cenários de mudanças econômicas e sociais, o nosso sistema apresenta características de cinco décadas atrás, complexo, com perfil fiscalista, primando pela arrecadação.

Desde a Constituição de 1988 até 2017 foram criadas mais de 5 milhões de normas tributárias e o valor da causa de todos processos tributários no Brasil chega a R\$ 5 trilhões.

Temos de implementar reformas necessárias e possíveis, conforme experiências de países que souberam aproveitar as oportunidades e construíram sistemas modernos e eficientes, tendo como exemplo Austrália e Canadá.

No Brasil há algumas propostas de reforma em

tramitação e mesmo que estejamos em ano político há oportunidade do tema avançar, principalmente por meio da PEC 110/2019, que está no Senado Federal, um projeto construído com debate e participação de vários segmentos da sociedade e que adota práticas utilizadas com sucesso em outros países.

A proposta é positiva, traz benefícios, corrige distorções entre setores da economia, apresenta avanços e se aproxima dos anseios da sociedade, sendo um importante passo para desonerar investimentos, simplificar, eliminar a cumulatividade e a insegurança jurídica.

Lutamos há vários anos por uma reforma no sistema e temos a expectativa de que nossos parlamentares contribuirão com o avanço da PEC e atenderão aos anseios da sociedade, que busca um sistema tributário justo e eficiente, que estimule investimentos que contribuam com o desenvolvimento socioeconômico, melhoria da distribuição de renda, redução dos desequilíbrios regionais e o mínimo possível de conflitos entre governos, contribuintes e consumidores.

Site: [blob:https://opopular.com.br/88d5fa0b-63a2-4c95-9377-2c76e09deb1b](https://opopular.com.br/88d5fa0b-63a2-4c95-9377-2c76e09deb1b)

Após novo fracasso, reforma tributária ficará pelo caminho

LEVY GUIMARÃES

Proposta enfrenta divergência interna e recebe críticas de setor de serviços

A tentativa de votação da **reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, na última terça-feira (31), pode ter sido a última do ano. Os senadores sequer conseguiram reunir o quórum mínimo de 14 membros para iniciar uma sessão no colegiado. O relator, senador Roberto Rocha (PTB-MA), chegou a falar em "boicote".

Na avaliação de líderes da Casa, a proposta que unifica **tributos** federais, estaduais e municipais chegou a um estado de estagnação.

O texto não recebeu nenhuma alteração substancial nos últimos meses e, por isso, as resistências seguem as mesmas.

Questionado sobre a possibilidade de se fazer um texto mais enxuto para aumentar as chances de aceitação, Rocha disse que "não tem mais de onde tirar".

A única hipótese, na avaliação dele, seria outro senador apresentar uma redação diferente.

Além disso, o texto é considerado de "difícil convencimento" por membros de algumas das maiores bancadas do Senado, como o MDB, o PSD e o Podemos, a poucos meses das eleições.

SETOR DE SERVIÇOS. Apesar de ter o apoio dos governadores e de entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a reforma enfrenta críticas de setores influentes no Congresso.

O principal deles é o setor de serviços, apontado como principal responsável por puxar a alta de 1% do **PIB** brasileiro no primeiro trimestre.

Para a Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), o texto geraria aumento de tributação de 63% na área de segurança, 27,6% em mão de obra temporária e 26,8% na de limpeza, entre outras.

Já a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que reúne

mandatários das capitais e dos municípios com mais de 80 mil habitantes, pediu expressamente que os senadores rejeitassem a PEC. Segundo a entidade, a mudança pode retirar dos municípios cerca de R\$ 354 bilhões em 15 anos.

Uma das críticas feitas pelos parlamentares é que a PEC deixa medidas de alíquotas para serem definidas por meio de leis complementares, a serem aprovadas de maneira separada.

Em ano eleitoral, o cenário é tido como improvável.

MARCA DE PACHECO. Entusiasta da PEC, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), já admitiu que não existe consenso entre os senadores em torno do tema e reforçou que sem um acordo, não há como a proposta avançar.

Pacheco apostava na aprovação da proposta como uma "marca" de sua gestão à frente da Casa, independentemente de um eventual avanço posterior na Câmara.

Ao lado de Roberto Rocha, tentou costurar um acordo para que o texto fosse aprovado pela CCJ mesmo com divergências, deixando as correções a serem feitas na votação em plenário.

Mas também não houve sucesso na articulação.

Ano eleitoral

Nas bases. A aprovação de reformas e propostas polêmicas se tornam mais difíceis durante anos eleitorais. Vários parlamentares recebem cobranças em suas bases eleitorais e preferem não se comprometer com projetos conturbados.

Meta principal é a unificação de **impostos**

A reforma tem objetivo de implementar uma série de mudanças no sistema tributário nacional.

A principal delas é a simplificação tributária sobre o consumo em dois **impostos**: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de caráter subnacional (que vai agregar o ICMS e o ISS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será nacional a partir da unificação do IPI, Cofins, e Cofins-Importação, PIS e

Cide-Combustíveis.

A proposta amplia de 20 para 40 anos o período de transição completa do IBS, da origem para o destino. O tributo será adotado para substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS).

O período de transição será dividido em duas etapas, de 20 anos cada. Na primeira fase, a parcela da receita do IBS será distribuída de forma a que cada Estado mantenha o valor de sua receita atual.

Na segunda etapa, haverá uma redução progressiva, convergindo para a distribuição integral até o fim do período.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16738>

Empresários propõem unificação de data de pagamento de tributos - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Enquanto a **reforma tributária** não sai, as empresas se viram como podem. Uma boa ideia foi proposta por representantes de diversos segmentos da indústria ao ministro da Economia, Paulo Guedes: a unificação de datas de pagamentos de **tributos** e a criação de uma só guia para o recolhimento das contribuições federais. Parece algo banal, mas é ao menos uma medida paliativa para aliviar o nó tributário brasileiro. Atualmente, as empresas precisam recolher seis **tributos** federais com diferentes datas de apuração e pagamento. Com a mudança, as burocracias seriam reduzidas. "Isso representaria uma economia para o governo com a gestão das diversas guias e não afeta o orçamento", disse Synésio Batista, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), que participou do encontro com Guedes. "Para as empresas, também haveria impacto positivo." Em tempo: a prometida **reforma tributária** continua sem data para sair do papel.

A força do sol e dos ventos

O avanço de fontes renováveis é irrefreável. Pela primeira vez na história, o uso global de energia solar e eólica em relação ao total consumido superou a marca de dois dígitos.

Em 2021, a participação foi de 10,3%, conforme levantamento realizado pela consultoria Ember.

Em 2022, a expectativa é chegar a algo próximo de 13%. Por esse critério, o país mais sustentável é a Dinamarca, onde o sol e os ventos garantem 51,9% da energia gerada. No Brasil, o índice atual é de 13,2%.

Na XP, 5 mil vagas para assessores de investimento

Na crise econômica, o mercado financeiro se tornou um ótimo provedor de empregos. A XP Inc., por exemplo, está com 5 mil vagas abertas para agentes autônomos de investimentos que deverão trabalhar em seus escritórios associados. Há posições disponíveis nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul e a intenção é que os postos sejam preenchidos até o fim do ano. No Brasil, contam-se oficialmente 18 mil agentes autônomos em atividade.

Na pandemia, microempreendedor sofreu mais

No mundo dos negócios, ninguém sofreu mais durante a pandemia de covid-19 do que as micros e pequenas empresas. Um novo estudo realizado pelo Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), constatou que 60% dos empreendedores entrevistados ainda faturam menos do que antes da crise. Em média, as receitas estão 23% abaixo do que eram em 2019. Os empresários apontam o aumento de custos - a **inflação**, sempre ela - como o principal fator que atrasa a plena recuperação.

RAPIDINHAS

Se o combustível sobe, o transporte público lota. O que sempre foi uma suposição agora tem comprovação prática. Segundo a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e a Universidade Federal do Paraná, os ônibus de trânsito rápido (BRT) da capital paranaense recebem 5 mil passageiros a mais cada vez que o litro da gasolina sobe R\$ 0,10.

Depois de o mercado nacional se recuperar em maio, agora é a vez dos importados.

Dados da Abeifa (Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores) indicam que as vendas de carros estrangeiros subiram 8,7% em maio em relação a abril. No ano, contudo, a queda é de 33,2%.

O preço dos alimentos está em queda no mundo após a alta recorde registrada em março.

Em maio, o índice de preços da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) atingiu 157,4 pontos, ante 158,3 em abril. A crise, contudo, está longe de acabar: o número ainda é 22,8% maior se comparado com um ano atrás.

A Puratos, centenária empresa belga de panificação, confeitaria e chocolates, vai investir R\$ 100 milhões para desenvolver novas linhas de produtos e modernizar a operação brasileira. O Brasil é atualmente um de seus 10 maiores mercados no mundo, mas a ideia é torná-la ainda mais relevante.

Governo avalia PEC para compensar Estados

Para forçar uma queda dos preços do diesel e do gás ao consumidor, o governo avalia compensar os Estados pela perda de arrecadação com a redução do ICMS. Para isso, a ideia é que os Estados aceitem uma alíquota ainda menor do que o teto de 17% previsto em projeto que tramita no Senado. Entre as propostas, está até mesmo a de zerar essa alíquota. A redução funcionaria até dezembro.

Para zerar o tributo sobre diesel e gás, cálculos preliminares apontam a necessidade de compensação de pelo menos R\$ 22 bilhões. O governo federal já zerou os seus tributos sobre o diesel.

A compensação seria feita com receitas extraordinárias de dividendos da Petrobras, royalties e participação especial que o governo federal arrecada e que aumentaram com a alta do preço do petróleo no mercado internacional.

Proposta semelhante foi feita pelos Estados, como revelou o Estadão, mas prevendo que a União aumentasse a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) das empresas de petróleo.

Os Estados resistem à redução da alíquota para 17% e são contrários a uma queda adicional. Comissão comandada pelo relator do projeto do ICMS no Senado, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), está discutindo com os secretários de Fazenda para costurar um acordo com o governo no Supremo Tribunal Federal.

A proposta de compensação passou a ser discutida porque o governo não encontrou até agora uma razão para sustentar a edição de um novo decreto de calamidade.

Em reunião na sexta-feira, 3, para discutir o decreto, o presidente Jair Bolsonaro cobrou do ministro da Economia, Paulo Guedes, uma solução urgente para o problema da alta dos combustíveis.

Entre os técnicos, a avaliação é de que seria preciso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para fazer esse repasse aos Estados fora do teto de gastos. A proposta também protegeria o governo das restrições impostas pelas leis fiscal e eleitoral.

Outra proposta é fazer uma nova exceção no teto retirando recursos para um subsídio ao diesel com limite fixo com uma PEC. Entre os políticos aliados, há

uma avaliação de que o governo poderia fazer um crédito extraordinário (com recursos fora do teto) para bancar o subsídio sem precisar de PEC. Essa medida, porém, precisaria ser enquadrada na exigência de urgência.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/15>

Mudança no ICMS deve ser votada até quarta-feira

O Senado deve votar até quarta-feira o Projeto de Lei Complementar 18/2022, que estabelece teto de 17% para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis e da energia elétrica, alíquota inferior à praticada atualmente pelos estados. Na semana passada, integrantes do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) se reuniram com o relator do projeto, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto é criticado por governadores, que estimam perdas de arrecadação de até R\$ 83 bilhões.

Bezerra disse que é possível votar a proposta no Senado até quarta-feira e na Câmara, na próxima semana, já que precisará de nova votação pelos deputados porque sofrerá alterações. Antes disso, ele pretende apresentar sugestões dos secretários de Fazenda à equipe econômica do governo. Um dos pontos-chave é como os estados serão recompensados pelas futuras perdas de arrecadação. Participaram da reunião os senadores Jean Paul Prates (PT-RN) e Davi Alcolumbre (União-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e também os secretários de Fazenda de Ceará, Espírito Santo, São Paulo, Pará e Pernambuco.

De acordo com Jean Paul Prates, ainda estão pendentes vários pontos que precisam ser negociados com o governo. Ele disse que o grupo de senadores quer "uma solução que realmente funcione" e consiga frear a escalada de alta de preços dos combustíveis. A aprovação do projeto na Câmara, em 25 de maio, se deu após empenho do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL), defensor da proposta, porque os reajustes nos preços dos combustíveis e da energia elétrica impactam na **inflação**. Em seu parecer, o relator da proposta, Elmar Nascimento (União-Brasil-BA), lembrou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de novembro de 2021, que declarou inconstitucional lei estadual de Santa Catarina que previa alíquota de ICMS acima da geral (de 17% a 18%) para energia e telecomunicações. Conforme a corte, a medida afeta os princípios da seletividade e da essencialidade.

"O que está para se votar neste projeto é se esses bens são considerados ou não bens e serviços essenciais. Se forem, por conta da interpretação constitucional do Supremo, eles não podem ter

taxação superior que varia de 17% a 18%. Esse é o escopo do projeto", disse Nascimento. Esses bens e serviços são classificados como supérfluos, e o ICMS supera os 30% em alguns estados. O relatório do deputado baiano cita como exemplo a alíquota de ICMS sobre a energia elétrica residencial em Minas Gerais, na ordem de 30%, enquanto a cerveja alcoólica fica em 18%. No Rio de Janeiro, o ICMS sobre a energia pode chegar a 32%. "Não deveriam restar dúvidas sobre como energia elétrica, gás natural, combustíveis, comunicação e transporte coletivo são essenciais para a sociedade. E sendo essenciais, o imposto há de ser diferenciado em função do objeto", justificou Nascimento.

IMPOSTO ESTADUAL

O ICMS é imposto estadual e uma das grandes fontes de arrecadação dos estados. O projeto define um regime de compensação da União aos estados que quiserem refinanciar dívidas e aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), devido à perda de arrecadação com a redução do ICMS. Estados que se encontram nessa situação terão as perdas de arrecadação compensadas integralmente pela União por meio de dedução nas parcelas do pagamento de suas dívidas refinanciadas.

De acordo com a proposta, a União também deve compensar estados que tiverem perda de arrecadação, mas não aderiram ao RRF, por meio de dedução do valor das parcelas dos contratos de dívida dos entes. Neste caso, a perda com a arrecadação de 2022 deve ser maior que 5% em relação ao arrecadado com este tributo em 2021. As compensações serão limitadas às perdas de arrecadação com ICMS até 31 de dezembro deste ano ou enquanto houver saldo de dívida contratual do estado administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/06/2022/p1>

Entrada na ocde pode aumentar pib brasileiro, diz ipea

ANÁLISE A adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pode aumentar em 0,4% o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro ao ano. É o que afirma um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo a CNN. De acordo com o Ipea, o percentual equivale, em uma perspectiva de **PIB** de 2021, a R\$ 28 bilhões anuais.

Para quantificar os efeitos do ingresso do país na OCDE, os autores Otaviano Canuto e Tiago dos Santos se basearam em indicadores de países que aderiram à União Europeia (UE), o que propiciou, em regra geral, um aumento de 0,6% a 0,8% no **PIB** por ano. O Brasil precisará ter aprovação dos demais membros da OCDE, o que passa por um processo de negociação. Hoje, a OCDE é composta por 38 países, entre eles França, EUA e Reino Unido.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Inflação de 2 dígitos é um alerta

A forte resistência da inflação, na casa de dois dígitos em 12 meses desde setembro de 2021, acendeu o sinal de alerta para o aumento da inércia inflacionária. Essa inércia, que é a **inflação** do passado recente pesando sobre os preços atuais e futuros, dificulta o trabalho do Banco Central de segurar o repasse, mesmo subindo juros.

'Infelizmente, estamos carregando bastante essa **inflação** do passado para o presente', afirma o economista da LCA Consultores Fábio Romão. Vários fatores têm contribuído para isso. Um deles é a **inflação** ter encerrado 2021 acima de 10%, o que faz dessa marca um parâmetro para os reajustes.

Também há forte pressão de preços vinda do atacado para o varejo. E o descasamento das cadeias produtivas globais, agravado pela guerra na Ucrânia, dificulta a marcação de preços.

Boa parte da resistência da **inflação**, que em 12 meses até abril atingiu 12,1%, segundo o IPCA, foi alimentada pela indexação formal. São reajustes que seguem contratos, como aluguel, escola e plano de saúde, ou são autorizados pelo governo (combustível, energia).

A pedido do Estadão, Romão mediu o impacto da indexação formal na **inflação** e constatou que, na pandemia, o peso aumentou dois pontos percentuais. Em dezembro de 2019, respondia por 32,05% do IPCA e, em abril de 2022, já era de 34,15%. Preços monitorados responderam por 50% do aumento, com destaque para gasolina, diesel e eletricidade.

Outra parte da resistência da **inflação** resulta da indexação informal, que turbinou preços pelos aumentos de custos incorridos. É o caso do funileiro Vinicius Aguirre, que reajustou de R\$ 350 para R\$ 400 o valor por peça restaurada, pois a tinta automotiva, um derivado do petróleo, subiu. 'A minha indexação é em função da tinta, que é o que mais onera'.

Outro fator que pesa nesse jogo é a expectativa. 'Se agentes percebem que o BC está com dificuldade de cumprir a meta (de **inflação**), eles aumentam preços, antes de a **inflação** bater nos custos', diz o coordenador de índices de preços da FGV, André Braz.

Indexação é um mecanismo de defesa contra a perda do poder de compra do dinheiro. 'Quanto maior a **inflação** - e a de dois dígitos assusta -, é claro que há

um incentivo ao aumento da indexação, seja formal ou informal', afirma Silvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10876>

Superávit não autoriza loucuras (Editorial)

Com R\$ 80,07 bilhões de superávit primário acumulado no ano, até abril, o governo central pode exibir, por enquanto, um balanço favorável de suas contas. Esse bom resultado é atribuível a dois fatores: à expansão dos negócios no primeiro trimestre e à **inflação** muito acelerada. O forte aumento de preços inchou os valores sujeitos a tributação e contribuiu para o farto abastecimento do Tesouro. Como tem ocorrido normalmente, uma respeitável parcela do ganho com **impostos**, contribuições e taxas diversas desapareceu no enorme buraco da **Previdência Social**.

Desta vez, a sobra geral da arrecadação, de R\$ 182,89 bilhões, foi em grande parte anulada pelo déficit previdenciário, de R\$ 79,78 bilhões.

Acrescentados os R\$ 62 bilhões de saldo primário dos governos estaduais e municipais e os saldos das estatais, excluídas Petrobrás e Eletrobrás, chega-se ao resultado primário do setor público, um superávit de R\$ 148,49 bilhões em quatro meses. O saldo primário é calculado sem o custo dos juros da dívida pública.

Políticos têm apontado a situação fiscal dos Estados, confortável neste momento, como argumento a favor da redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis e energia elétrica. O objetivo, estritamente demagógico, é reduzir os preços desses itens e conter parcialmente os efeitos da **inflação**. Mas é um absurdo tratar o ICMS - ou qualquer tributo indireto - como se fosse causa de **inflação**. Além disso, a redução, tal como indicada na última proposta, causará enorme perda fiscal, estimada em torno de R\$ 90 bilhões, com graves prejuízos para Estados e municípios.

A boa situação fiscal deste momento de nenhum modo pode justificar mexidas irresponsáveis nas finanças da União, dos Estados ou dos municípios. Somados os juros, o resultado fiscal nesse período foi um déficit de R\$ 5,98 bilhões, notavelmente pequeno, mas ninguém deve apostar na permanência de um quadro tão favorável quanto extraordinário. Os juros nominais contabilizados no primeiro quadrimestre, de R\$ 154,47 bilhões, foram 36,16% maiores que os de um ano antes e esse item deverá continuar pesando muito no conjunto.

Não é hora de agir como se houvesse dinheiro à vontade, mas de agir com muito cuidado, evitar tentações demagógicas e eleitoreiras, combater a **inflação** e batalhar por melhores condições fiscais até

o fim do ano. A dívida bruta do governo geral, de R\$ 7,07 trilhões em abril, correspondeu a 78,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Essa porcentagem foi 0,2 ponto menor que a do mês anterior, mas foi muito maior que as proporções observadas em países emergentes e de renda média, raramente superiores a 60%.

A herança prevista para o próximo governo já inclui **inflação** elevada, juros altos, desemprego acima dos padrões internacionais e dívida pública muito grande para um país emergente. As autoridades federais darão apreciável contribuição se se absterem, até o fim de 2022, de cometer grandes imprudências e de promover mudanças importantes, como alterações do sistema tributário.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado de crédito privado volta à cena revigorado

AGÊNCIA O GLOBO

INVESTIMENTOS

Sobe a taxa básica de juros, a Selic, e os investidores olham com mais carinho para a renda fixa. Com 12,75% ao ano no Tesouro Selic, fica fácil fazer o dinheiro render. O problema é que a **inflação** corrói boa parte desse retorno, por isso, convém buscar alternativas melhores, visto que o IPCA acumulado nos últimos 12 meses atingiu 12,13% em abril.

Com isso, o mercado de crédito privado, esquecido no auge da pandemia e com a Selic a 2%, volta à cena revigorado. O ganho real (acima da **inflação**) desses papéis bate o de títulos públicos com prazos similares. Títulos de dívida privada de médio prazo beiram a faixa dos 6% ao ano acima da **inflação**. Com um bônus: centenas de opções isentas de Imposto de Renda (IR).

Só as debêntures, que são títulos de dívida emitidos por empresas, movimentaram R\$ 30 bilhões no mercado secundário em abril, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Do total, 72% das negociações foram do tipo incentivadas.

As debêntures incentivadas têm isenção de IR e, geralmente, servem para fomentar investimentos na área de infraestrutura. Elas são indexadas ao IPCA, por isso o prêmio sempre é acima da **inflação**. A oferta de títulos privados é vasta. Mas essa variedade torna difícil escolher onde alocar o dinheiro. Não basta, nem se deve, olhar somente para a rentabilidade. E há o risco de calote, já que se trata de um empréstimo para uma empresa.

AJUDA

Para ajudar o investidor, começam a aparecer carteiras sugeridas, como a lançada no último mês pelo BTG Pactual. O banco selecionou seis títulos isentos de IR, com boa relação risco-retorno, e esmiuçou a capacidade de pagamento das empresas emissoras. O relatório foi elaborado para investidores qualificados, que são aqueles com algum conhecimento de mercado financeiro. Mas serve como guia para quem procura um rumo na hora de investir.

De acordo com Odilon Costa, analista de renda fixa e crédito privado do BTG Pactual, uma das primeiras coisas a fazer ao avaliar um título privado é buscar seu similar no Tesouro Direto - ou seja, um título público com prazo e condições parecidas - e ver se há um retorno extra que justifique assumir o risco.

"O prêmio é justamente o que dita a relação risco-retorno em relação a um título público. E exatamente isso que queremos que o investidor passe a olhar e não a taxa nominal", diz Costa. Na seleção do BTG, foram excluídos títulos bancários (como CDBs) e entraram somente aqueles no mercado secundário, ou seja, negociados de um investidor para outro.

E um mercado muito menos volátil que o de ações, com previsibilidade de quanto será o ganho, principalmente se o título só for resgatado no vencimento. O outro lado da moeda é que não há o que o mercado chama de upsi-de: o potencial de conquistar ganhos maiores. Como o nome diz, são títulos de renda fixa, portanto, o ganho é definido.

SEGURANÇA

Outra diferença na hora de avaliar ações e títulos de crédito é que o credor quer segurança. Já o acionista quer que a ação valha mais.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2133#book/7>

A 'robustez' da economia e o trabalho - DESVENDANDO A ECONOMIA

DESVENDANDO A ECONOMIA

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou na última semana a taxa de desocupação da economia para o trimestre encerrado em abril, assim como o desempenho da economia no primeiro trimestre de 2022. Nosso desafio nesta coluna é desvendar estes indicadores e suas correlações, que para a grande maioria dos leitores pode parecer distante do cotidiano pessoal.

Os indicadores apontaram queda na taxa de desocupação da força de trabalho brasileira e um desempenho positivo da economia. São informações positivas, embora longe de significarem robusta retomada da economia, como afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes.

O primeiro trimestre de 2022 apresentou crescimento de 1,51% no volume de riqueza gerado comparativamente a igual trimestre de 2021, considerando a série dessazonalizada da evolução trimestral do **PIB**. O crescimento anual, considerando os últimos quatro trimestres encerrados em março deste ano, apontou crescimento de 4,7%.

A princípio, olhando friamente este indicador, é um desempenho significativamente maior que a média de crescimento da economia do País nos últimos 40 anos. Entretanto, este indicador é influenciado pelo elevado crescimento do segundo e terceiros trimestres de 2021, comparativamente à forte retração da economia nos mesmos trimestres de 2020, marcados pela rápida disseminação das contaminações pela Covid-19 e a falta de conhecimento sobre métodos de proteção e tratamento.

Se considerarmos que no segundo, terceiro e quarto trimestres de 2022 a economia brasileira cresça 2% em relação aos respectivos períodos de 2021, a expansão acumulada em 2022 será de 1,9%. Se considerarmos a hipótese muito otimista de crescimento de 3,8% nos próximos trimestres, na mesma linha de avaliação, o acumulado em 2021 seria de 3,2%.

Ocorre que, na história recente do Brasil, crescimento trimestral médio de 3,8% foi registrado entre 2000 e meados de 2008, período de melhor desempenho econômico das últimas quatro décadas no Brasil.

Contudo, não precisamos nos esforçar muito para observar que as condições econômicas internas e externas são bem piores no período atual. A primeira hipótese, de crescimento médio de 2% nos próximos trimestres de 2022, já carrega significativa dose de otimismo. Ou seja, parece plausível não esperarmos uma evolução robusta em 2022.

Ocupação e salários

Na outra ponta, após o efeito recessivo mais intenso da pandemia, a taxa de desocupação tem demonstrado algum alívio. Com a retração de 4,2% em 2020, segundo dados dessazonalizados do IBGE, o desemprego atingiu 14,9% da força de trabalho no primeiro trimestre de 2021. A retomada da atividade econômica nos últimos trimestres, que apontou crescimento anual de 4,9% entre o primeiro trimestre de 2021 e de 2022, possibilitou a redução da desocupação para 10,5% no trimestre encerrado em abril.

Ainda assim, a massa de salários pagos na economia brasileira, apesar do maior número de pessoas ocupadas, cresceu apenas 1,86% na comparação com o mesmo trimestre encerrado em abril de

2021. Já o salário médio divulgado na semana passada, de R\$ 2.569, é 7,92% menor na mesma comparação.

Apesar da taxa composta de subutilização e desocupação também ter reduzido, de 22,6% para 22,5%, a informalidade permanece em torno de 40% da força de trabalho, explicada por fatores estruturais que caracterizam o mercado de trabalho brasileiro.

É nítida a correlação entre crescimento econômico e redução da taxa de desocupação, sendo que o mercado de trabalho sempre se recupera com defasagem de alguns meses. Essa diferença é maior ainda quando olhamos o comportamento dos salários médios. Ou seja, para gerar oportunidades no mercado de trabalho é necessário promover crescimento econômico, sem desconsiderar os efeitos marginais que medidas paliativas possam provocar.

Com a expectativa de um desempenho medíocre da economia brasileira para este ano, e possivelmente para os próximos, o mercado de trabalho também não

demonstrará uma recomposição robusta.

Material produzido por Sandro Renato Maskio,
coordenador de Estudos do Observatório Econômico e
professor do curso de Ciências Econômicas da
Universidade Metodista de São Paulo